

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 16 de dezembro de 2024 às 07h58
Seleção de Notícias

Migalhas | BR

Direitos Autorais

Futuro da regulação de IA no Brasil **3**

O Tempo Online | MG

Marco regulatório | INPI

Propriedade intelectual no Brasil **5**

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Futuro da regulação de IA no Brasil



O texto analisa o avanço da regulação de IA no Brasil, destacando marcos legislativos e o equilíbrio entre inovação, ética e direitos fundamentais.

Futuro da regulação de IA no Brasil - Marco legal em discussão Adriana Garibe O texto analisa o avanço da regulação de IA no Brasil, destacando marcos legislativos e o equilíbrio entre inovação, ética e direitos fundamentais. sábado, 14 de dezembro de 2024 Atualizado em 13 de dezembro de 2024 14:28 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

O debate sobre a regulação de IA no Brasil tem se intensificado nos últimos anos, refletindo um movimento global em busca de estabelecer parâmetros éticos e jurídicos para o desenvolvimento e uso dessa tecnologia. O ponto central está na criação de um marco regulatório que equilibre a promoção da inovação, a proteção de direitos fundamentais e a segurança jurídica. Nesse contexto, dois PLs se destacaram: o PL 21/20, de caráter mais permissivo e principiológico, e o PL 2338/23, que adota uma abordagem precavida e prescritiva.

O PL 21/20 foi aprovado pela Câmara dos deputados em setembro de 2021 como um marco inicial para a

regulação da IA no país. Seu enfoque em diretrizes éticas e princípios gerais buscava criar um ambiente favorável ao desenvolvimento tecnológico, mas foi muito criticado por sua falta de detalhamento operacional, o que poderia levar a insegurança jurídica para empresas e desenvolvedores. Com o passar do tempo, tornou-se evidente a necessidade de uma legislação mais robusta, levando à elaboração do PL 2338/23, apresentado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, em maio de 2023. Baseado no trabalho da comissão de juristas, este projeto trouxe maior detalhamento e organização, classificando os sistemas de IA por níveis de risco e impondo obrigações específicas para os agentes envolvidos.

A complexidade do tema levou à criação da Comissão Temporária de Inteligência Artificial (CTIA), instalada em agosto de 2023, com o objetivo de avaliar e consolidar as diversas propostas legislativas existentes. Entre os projetos analisados estavam o PL 2338/2023 e outras iniciativas, como o PL 5051/2019 e o PL 872/2021. Após meses de debates, a CTIA apresentou quatro versões de substitutivos entre junho e julho de 2024, culminando na versão preliminar de 28 de novembro de 2024. Este texto procurou um equilíbrio entre regulação e inovação, sendo destacado pela supressão de critérios excessivamente genéricos para classificação de alto risco, além de prever dispositivos que clarificam as responsabilidades dos agentes envolvidos.

Em 5/12/24, a CTIA aprovou a emenda 199-CCT, consolidando o texto substitutivo e declarando a prejudicialidade de projetos anteriores, incluindo o PL 21/20. Caso aprovado, o projeto será encaminhado à Câmara dos deputados, etapa crucial para sua aprovação definitiva.

Entre as principais alterações do texto de 28/11/24 e o aprovado em 5/12/24 estão a proibição explícita de sistemas de IA que facilitem a produção ou disseminação de materiais relacionados a abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes; a

exclusão da classificação genérica de sistemas de IA de aplicações de **internet** como de alto risco, protegendo a liberdade de expressão; a remoção de critérios como integridade da informação e liberdade de expressão no art. 15, reafirmando a importância desses direitos; a inclusão do termo "na medida de sua participação" no art. 32, que esclarece as responsabilidades dos agentes na cooperação exigida; e aprimoramentos nas disposições sobre **direitos** autorais, garantindo equilíbrio entre inovação e proteção aos criadores.

A aprovação do substitutivo representa um marco significativo no debate sobre governança de IA no Brasil. Além de atender às necessidades do setor privado, a proposta reforça a proteção de direitos fundamentais e aponta para uma integração do país a padrões regulatórios internacionais. Paralelamente, discussões no STF sobre a responsabilização de plataformas digitais no âmbito do marco civil da

internet complementam esse cenário regulatório, demonstrando a importância de garantir segurança jurídica e direitos fundamentais em um ambiente cada vez mais digital.

O Brasil avança para moldar o futuro da IA com um marco regulatório que promete atender às demandas de **inovação** tecnológica sem abrir mão de salvaguardas éticas e jurídicas. A expectativa pela votação no Senado e, posteriormente, na Câmara, reflete a relevância e a urgência de consolidar um arcabouço legislativo robusto e inclusivo, capaz de promover a transformação digital de forma responsável e sustentável.

Adriana Garibe Responsável pela área de Direito Digital do escritório LEMOS Advocacia Para Negócios. LEMOS Advocacia Para Negócios

Propriedade intelectual no Brasil

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Combate à pirataria nos ambientes físico e digital

Ouçã a matéria A- normal A+

A Amcham Brasil apresentou, em 10 de dezembro, durante um evento em Brasília, o documento "Propostas para o Fortalecimento da **Propriedade** Intelectual no Brasil". Essa iniciativa reúne dezenas de recomendações voltadas ao governo e ao Congresso Nacional, com o objetivo de transformar a **Propriedade** Intelectual (PI) em um motor de inovação, atração de investimentos e desenvolvimento econômico sustentável. O documento reflete um esforço conjunto entre empresas associadas e especialistas em PI, consolidando-se como um marco para o avanço dessa agenda no Brasil.

Abrão Neto, CEO da Amcham Brasil, destacou como a PI pode impulsionar a produtividade e o crescimento econômico. "Dados da Organização Mundial da **Propriedade** Intelectual (Ompi) mostram que empresas intensivas em PI geram 29% mais receita por empregado", afirmou. Já Márcio Elias Rosa, secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, elogiou a iniciativa e afirmou que "a agenda de PI da Amcham será analisada com cuidado, contribuindo significativamente para as políticas públicas".

O documento enfatiza seis áreas prioritárias para modernizar o sistema brasileiro de PI. O fortalecimento institucional do Instituto Nacional da Propriedade In-

dustrial (**Inpi**) é uma delas, incluindo medidas para garantir autonomia financeira, reestruturar carreiras e ampliar o quadro técnico, assegurando eficiência nos registros. A ampliação da presença internacional do Brasil também é abordada, com propostas como adesão a tratados globais, cooperação técnica e maior participação em redes internacionais de PI.

Outra prioridade é o combate à pirataria, tanto no ambiente físico quanto no digital, com iniciativas voltadas à regulamentação do comércio eletrônico e à repressão de práticas ilícitas. O aperfeiçoamento do marco legal aparece como essencial, sugerindo a atualização da Lei de Propriedade Industrial e estratégias para mitigar atrasos nos processos do **Inpi**. O estímulo à inovação é reforçado com a ampliação de incentivos fiscais e um maior investimento público em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Por fim, o documento sublinha a importância de alinhar o setor privado e o governo para promover boas práticas que fortaleçam a PI em diversas frentes, destacando a necessidade de colaboração contínua.

A cooperação internacional, um ponto-chave para o fortalecimento do sistema de PI, também foi ressaltada. Ao estabelecer parcerias e participar de tratados multilaterais, a Amcham contribui para que as inovações brasileiras sejam protegidas globalmente, além de integrar o país em redes estratégicas que fomentam avanços tecnológicos e abrem novas oportunidades comerciais.

Com esse documento, a Amcham Brasil reafirma sua posição de liderança no diálogo entre o setor público e o privado, criando soluções que consolidam a PI como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico. A organização segue

Continuação: Propriedade intelectual no Brasil

comprometida em integrar ciência, tecnologia e sustentabilidade no progresso do Brasil, promovendo um modelo de crescimento inovador e sustentável.

Douglas Arantes

Gerente regional da Amcham Minas Gerais

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3

Propriedade Intelectual
5

Marco regulatório | INPI
5